

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

1. INTRODUÇÃO:

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE:

A contratação de artistas para o Carnaval onde o rio beija o mar, proporcionará uma programação diversificada e envolvente para a população. Buscamos garantir um evento que esteja alinhado às políticas públicas desta secretaria, responsável pela organização da celebração. A seleção cuidadosa dos artistas visa não apenas entreter, mas também enriquecer culturalmente o público presente, promovendo um ambiente festivo e marcante.

O Carnaval de Fortim é uma celebração que reflete a cultura e a tradição local, trazendo à tona a necessidade de promover a identidade da comunidade e fortalecer os laços sociais. Essa festividade é uma oportunidade para os moradores e visitantes se reunirem, celebrarem a alegria e a diversidade, além de impulsionar a economia local através do turismo. A necessidade de um carnaval bem organizado também se destaca na busca por segurança, infraestrutura adequada e apoio aos artistas e grupos culturais da região, garantindo que a festa seja inclusiva e acessível a todos. Assim, o Carnaval de Fortim não é apenas uma festa, mas uma expressão vital da vida comunitária e da valorização da cultura local.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação Legal:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

[...]

II- Contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;

O fundamento da inexigibilidade nesta hipótese é a inviabilidade de competição. Com efeito, não há critérios objetivos para aferir a melhor proposta para a Administração Pública, não havendo, por consequência, supedâneo fático para realização do procedimento licitatório.

No entanto, ainda nas hipóteses de inexigibilidade, o administrador público não está livre para a contratação. É preciso a observância de determinados requisitos legais e constitucionais, tudo devidamente demonstrado em processo formal de inexigibilidade.

Destarte, pela redação do art. 74, inciso II, da Lei de Licitações, para a contratação de profissional do setor artístico é preciso:

I. Contrato firmado pelo próprio contratado ou por meio de empresário exclusivo;



II. Consagração do artista pela crítica especializada ou pela opinião pública.

Além desses requisitos, é preciso que a contratação observe ainda os seguintes aspectos da mesma lei, que assevera:



Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I- documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

II- estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;

III- parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV- demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V- comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI- razão da escolha do contratado;

VII- justificativa de preço;

VIII- autorização da autoridade competente.

Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

Art. 94. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer nos seguintes prazos, contados da data de sua assinatura:

[...]

II – 10 (dez) dias úteis, no caso de contratação direta.

[...]

§ 2º A divulgação de que trata o **caput** deste artigo, quando referente à contratação de profissional do setor artístico por inexigibilidade, deverá identificar os custos do cachê do artista, dos músicos ou da banda, quando houver, do transporte, da hospedagem, da infraestrutura, da logística do evento e das demais despesas específicas.

[...].

Desse modo, frise-se, apesar de ser inexigível o processo de licitação propriamente dito, a Administração não está totalmente livre para a escolha do contratado, devendo haver um mínimo de formalidade para possibilitar a aferição dos requisitos, os quais devem estar prontamente evidenciados no bojo do processo de inexigibilidade.

4. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Os eventos que envolvem artistas de renome possuem preços variados e, em geral, atrelados ao destaque que o artista possui junto ao público, o que torna os chamados “cachês” extremamente variados e amparados em lastro de custos da estrutura (equipe) que acompanha o mesmo.

O artista **CAIO BRITO**, por meio de seu representante exclusivo, o Sr. **Caio Brito da Silva**

traz o seu show para o município ao custo de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), o que se assemelha aos custos apurados em eventos semelhantes, conforme se prova com os documentos anexos, referentes a eventos realizados pelo grupo em porte e estrutura semelhantes ao proposto.



5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Contratação de empresa detentora exclusiva de show artístico do artista **CAIO BRITO** para a **CAIO BRITO PRODUÇÕES LTDA**, inscrita no CNPJ 46.266.140/0001-07.

1. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

| ITEM | DESCRIPTIVO | UNIDADE | QTD |
|------|--|---------|-----|
| 1 | Contratação artística do cantor Caio Brito | Cachê | 01 |

2. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

| ITEM | DESCRIPTIVO | UNIDADE | QTD | VALOR |
|------|--|---------|-----|---------------|
| 01 | Contratação artística do cantor Caio Brito | Cachê | 01 | R\$ 60.000,00 |

6. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

Trata-se de contratação de uma única prestação do serviço, não se aplicando o parcelamento da solução.

7. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Não se aplica.

8. ALINHAMENTO COM PCA

Esta contratação consta no PCA do Município de Fortim.

9. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

O Direito da Cultura e Entretenimento pode ser traduzido então como um direito fundamental, como uma garantia social, onde é aplicado às atividades culturais, com o objetivo de proporcionar respeito às leis no desenvolvimento das artes, bem como promover seu acesso à sociedade.

Variedade Cultural e Musical: A contratação de artistas renomados e representativos no cenário musical garantirá uma diversidade cultural que atenderá aos diferentes gostos e preferências do público. A pluralidade de estilos e gêneros musicais proporcionará uma experiência rica e envolvente para os munícipes e visitantes que participarão da celebração.

Celebração da Identidade Cultural: A presença de artistas musicais que incorporam elementos da cultura regional enriquecerá a celebração do Carnaval onde o rio beija o mar, proporcionando uma conexão mais profunda com a identidade cultural da comunidade. A valorização das tradições locais através da música promoverá um senso de pertencimento e orgulho entre os participantes.

Atração de Público e Visibilidade: A reputação e popularidade dos artistas musicais

escolhidos certamente atrairão um público expressivo, contribuindo para o prestígio do evento. Além disso, a presença desses artistas pode gerar cobertura midiática, aumentando a visibilidade da celebração do Carnaval onde o rio beija o mar e, conseqüentemente, atraindo ainda mais participantes e turistas.

Estímulo ao Turismo Cultural: A seleção cuidadosa dos artistas musicais não apenas contribuirá para o entretenimento local, mas também terá um impacto positivo no turismo cultural. A celebração do Carnaval onde o rio beija o mar, se tornará uma atração imperdível, incentivando a visita de turistas interessados na riqueza cultural e musical oferecida durante o evento.

Diante desses aspectos, a contratação dos artistas musicais para a celebração do Carnaval onde o rio beija o mar é estratégica e promissora, visando proporcionar uma experiência festiva, cultural e marcante para toda a comunidade de Fortim e seus visitantes.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

A demanda será acompanhada pelo setor requisitante, responsável e usuário direto do serviço a ser contratado, este, devidamente capacitado para tomar as providências necessárias e possíveis para o sucesso da contratação, e eventuais diligências no intuito de garantir a qualidade de todo fluxo da contratação pública.

11. IMPACTOS AMBIENTAIS

Essa contratação não incorre em impactos ambientais.

12. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO:

Os estudos preliminares evidenciaram que a solução aqui apresentada, a fim de atender ao município de Fortim, mostra-se possível tecnicamente e fundamentadamente necessária. Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação pretendida.

O presente Estudo Técnico Preliminar – ETP foi elaborado pela Comissão de Planejamento.

Fortim/CE, 20 de fevereiro de 2025.

Responsáveis Pela Elaboração:


JOSELINE DOS SANTOS MOURA
Comissão de Planejamento


JOSÉ NETO DE CASTRO
Comissão de Planejamento


LUCAS RIBEIRO OLIVEIRA
Comissão de Planejamento



ANEXO I – MAPA DE RISCOS



| MAPA DE RISCO PARA A FASE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO | | | |
|---|--|-----------------|-------|
| ETAPA: | FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA | | |
| RISCO: | Especificação deficiente da demanda | | |
| DANO: | Contratação e execução deficiente do objeto | | |
| PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA: | Média | IMPACTO: | Alto |
| AÇÃO PREVENTIVA: | Verificar se o objeto foi especificado adequadamente, contemplando unidade de medida, locais de execução, quantidade e prazo de início. | | |
| AÇÃO DE CONTIGENCIA: | Havendo erro, devolver para complementação das informações. | | |
| RESPONSÁVEL | SETOR DEMANDANTE | | |
| ETAPA: | CRIAÇÃO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÃO | | |
| RISCO: | Descumprimento de formalidade legal | | |
| DANO: | Ausência de ato designatório da equipe de Planejamento de Contratação | | |
| PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA: | Baixa | IMPACTO: | Baixa |
| AÇÃO PREVENTIVA: | Adotar lista de verificação dos procedimentos a serem tomados para o planejamento de contratação | | |
| AÇÃO DE CONTIGENCIA: | Providenciar o ato de designação formal da equipe de planejamento. | | |
| RESPONSÁVEL | AUTORIDADE COMPETENTE | | |
| ETAPA: | ELABORAÇÃO DE ESTUDOS PRELIMINARES | | |
| RISCO: | Estudos preliminares deficientes | | |
| DANO: | Contratação direta fracassada, deserta ou contratação e execução deficiente. | | |
| PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA: | Alta | IMPACTO: | Alta |
| AÇÃO PREVENTIVA: | Elaborar lista de verificação que contemple, no que couber, os requisitos previstos no Decreto Municipal nº 1136 de 27 de dezembro de 2023, que regulamentou a Lei 14.133/21 no âmbito do município. | | |
| AÇÃO DE CONTIGENCIA: | Corrigir as deficiências detectadas nos estudos preliminares | | |
| RESPONSÁVEL | EQUIPE DE PLANEJAMENTO | | |
| ETAPA: | ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA | | |
| RISCO: | Falha na elaboração do Termo de Referência | | |
| DANO: | Contratação direta, deserta ou contratação e execução deficiente. | | |
| PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA: | Alta | IMPACTO: | Alta |
| AÇÃO PREVENTIVA: | Propor lista de verificação que identifique, no que couber, os requisitos previstos no Decreto Municipal nº 1136 de 27 de | | |

C

GA
[Handwritten signature]



| | | | |
|-------------------------------------|--|--|------|
| | dezembro de 2023, que regulamentou a Lei 14.133/21 no âmbito do município. | | |
| AÇÃO CONTIGENCIA: | DE | Revisão do termo de referência e incluir as instruções ausentes. | |
| RESPONSÁVEL | EQUIPE DE PLANEJAMENTO | | |
| ETAPA: | APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA | | |
| RISCO: | Descumprimento de formalidade legal | | |
| DANO: | Ausência da aprovação do Termo de Referência | | |
| PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA: | Baixa | IMPACTO: | Alta |
| AÇÃO PREVENTIVA: | Adoção de lista de verificação com item de aprovação do TR pela autoridade competente. | | |
| AÇÃO CONTIGENCIA: | DE | Encaminhar à autoridade competente o processo para aprovação do Termo de Referência. | |
| RESPONSÁVEL | ORDENADOR DE DESPESA E EQUIPE DE PLANEJAMENTO | | |



Fortim/CE, 20 de fevereiro de 2025.

Joseline dos Santos Moura
JOSELINE DOS SANTOS MOURA
 Comissão de Planejamento

José Neto de Castro
JOSÉ NETO DE CASTRO
 Comissão de Planejamento

Lucas Ribeiro de Oliveira
LUCAS RIBEIRO OLIVEIRA
 Comissão de Planejamento